

Reed prevê acordo do Brasil com os bancos

Presidente do Citibank crê na política de austeridade

REALI JÚNIOR
Correspondente

PARIS — Até o fim do ano os bancos comerciais terão concluído com o Brasil um acordo mais ou menos nas mesmas condições do que já está vigorando com o México. A opinião é do presidente do Citibank, John Reed, que está disposto a investir, na economia brasileira, na mesma proporção do que vem sendo feito no México. O banqueiro norte-americano lembra que o Citibank foi o Único banco que injetou 100% de dinheiro novo no México, não havendo razão para deixar de fazer o mesmo com o Brasil, que possui um programa de austeridade econômica globalmente aceitável. Essas declarações de John Reed foram publicadas em Paris pelo matutino *Le Figaro*, uma entrevista exclusiva em que o banqueiro aborda o problema da dívida latino-americana reafirmando não haver razão para o banco se retirar desse continente, em que tem estado muito presente, mostrando-se muito prudente e cético em relação ao fluxo de capitais dirigido para o Leste Europeu.

John Reed não hesita em afirmar que se fará com o Brasil o que já foi feito com o México, mesmo porque o Citibank ocupa, nesse país, um lugar importante com mais ou menos 15% do mercado de capitais. O problema da redução da dívida para ele, depende da ajuda governamental. Se o governo brasileiro tivesse admitido garantir o que resta da dívida, provavelmente poderia obter uma desvalorização de até 50%, mas, como isso não foi possível, ela será da ordem de 30 a 35% como o México e a Venezuela.

Todos os devedores teriam interesse em obter uma redução máxima, mas o grupo dos sete países mais industrializados não se tem mostrado favorável o que também ocorre com o FMI e o Banco Mundial. Para o presidente do Citibank, o acordo com o Brasil será também na linha do Plano Brady, apesar das críticas de certas áreas. Mas antes os bancos vão fechar um acordo semelhante a Marrocos.

LESTE EUROPEU

O banqueiro norte-americano mostra-se mais prudente, preocupado mesmo com a evolução a Leste. Ao contrário de outros, não acredita numa recuperação econômica

dessa região nos próximos dez anos, convencido de que isso vai demorar pelo menos uns 25 anos. Sua maior preocupação é a URSS, não acreditando que a Europa de Leste possa manter sua abertura, se a URSS passar por um período de grave crise econômica e política, cujos sinais começam a aparecer de forma mais nítida nos últimos meses. Ele recomenda prudência aos banqueiros, lembrando a experiência e as lições da crise na América Latina: "Não se pode continuar aumentando os créditos apenas na expectativa de que as coisas vão melhorar".

Pais terá recursos em condições idênticas às obtidas pelo México

John Reed está também convencido de que há interesse dos EUA e da Europa de ajudar os países do Leste, mas tem dúvida de que os bancos privados e os grupos industriais possam assumir os riscos. "Se a Alemanha Federal garantir créditos dos bancos privados, globalmente, o setor privado dificilmente assumirá o mesmo tipo de risco. Por essa razão, tudo vai depender da rede de ajuda que será montada pelos governos ocidentais, pois as necessidades em capitais desses países são enormes.

Outra preocupação manifestada por John Reed diz respeito à África. Ele está muito pessimista em relação a esse continente. Essa abertura a Leste poderá, na sua opinião, provocar tensões em países desse continente, que permaneceu à margem do desenvolvimento, exceção da África do Sul. Essa inquietude torna-se mais evidente com as pressões sobre o fluxo atual de capitais: "Se a URSS e a Europa do Leste se abrem e a América Latina caminha cada vez mais para uma economia de mercado, todas essas regiões vão necessitar cada vez mais de capitais", disse.

Finalmente, o banqueiro lembra que a população do Brasil é mais importante do que a da Europa do Leste, com exceção da URSS. A diferença é que a América Latina já conta com capitais. Isso explica a privatização dos bancos mexicanos provocando a queda das taxas de juros a 9%. Os capitais que haviam deixado o país voltaram e foram reinvestidos nesses bancos. O mesmo poderá ocorrer no Brasil com o processo de privatização, mas isso está condicionado ao êxito do programa econômico do presidente Fernando Collor.